

POLÍTICAS EDUCACIONAIS, PROJETOS PEDAGÓGICOS PARA A MODERNIDADE, E A QUESTÃO DA AUTONOMIA

NEIDSON RODRIGUES *

Introdução

Um dos grandes desafios propostos hoje para quantos assumem a responsabilidade, não apenas de avaliar os rumos e os destinos da educação no Brasil, mas igualmente de promover ações capazes de intervir de modo transformador ou renovador nos processos educacionais, situam-se no cruzamento das relações entre os projetos educativos governamentais, com os projetos elaborados no interior de cada escola e as exigências, expectativas e interferências no e do meio social ("comunidade"), onde a escola se acha instalada.

Há um latente risco na consideração destes aspectos. De um lado, por comodidade ou por princípios, há os que anunciam uma completa autonomia de cada uma das instâncias assinaladas. Por esse ângulo, a responsabilidade do poder público é a de planejar as grandes linhas de ação educacional, a da escola, a de planejar e executar a atividade pedagógica, e a da "comunidade" (pais, lideranças políticas, comunitárias e de associações) a de cooperar com o processo em desenvolvimento. No máximo, cada uma das instâncias referidas deve tomar conhecimento e acompanhar ou avaliar os processos desenvolvidos pela outra, mas não interferir. Julga-se, assim, que o sistema funciona como uma máquina e estará trabalhando com competência quando cada um cumprir corretamente seu papel.

De outro lado, por reação e oposição ideológica ou política, desenvolve-se um raciocínio contrário. Todas as instâncias assinaladas são partes de um processo global, no qual uma ou outra tem maior ou mais limitada competência. O Poder Público deve planejar, sim, mas deve estar submisso às exigências da unidade educativa (a Escola), pois este é o *locus* privilegiado da ação educacional. E a Escola, por sua vez, deve executar sua

tarefa tendo por parâmetros as necessidades apresentadas pela "comunidade", já que nela está inscrito o destino do objeto da educação - o aluno educado. Por sua vez, tendo o processo educacional escapado de sua forma tutorial e se tornado massificado, a "comunidade" não pode manietar a escola e sim cooperar com ela para que a tarefa seja bem conduzida.

Colocado o assunto nestes termos, evidencia-se a não independência de nenhuma das partes, a não-autonomia de nenhuma das instâncias: todas estão em inter-relação e intercomunicação.

Creio poder afirmar que esta última posição tem presidido as formulações teóricas dos últimos anos no Brasil, e tem, mesmo, determinado as ações ligadas às práticas das políticas educacionais. Estas práticas se traduzem na ênfase, cada vez maior, dada à participação da comunidade na vida escolar por meio dos colegiados, associações de pais e mestres, conselhos de escolas, conselhos comunitários, e outros.

Refiro-me, no entanto, a um possível perigo em tais concepções. Onde o perigo? Creio poder anunciar que ele se manifesta no fato de que:

1. Tais concepções podem levar a um certo falseamento a respeito da idéia de participação, à medida que não se definam os limites e os objetivos dessa participação. E ao mesmo tempo, corre-se o risco de se retirar da escola a competência de propor as alternativas mais adequadas para o processo pedagógico.

2. Mais grave ainda: corre-se o risco de transferir o debate a respeito dos objetivos e fins da educação, dos meios necessários e das metas para o processo pedagógico, para um interminável e cansativo debate sobre um dos aspectos da "democratização" do ensino. As questões fundamentais acabam por ceder lugar a questões periféricas, entremeadas de luta por poder, auto-afirmação, loteamento político da escola, redução do problema pedagógico a convicções partidárias, e outros, tornando-se a questão da participação e da democracia uma luta interna no espaço educacional.

Devo deixar claro, de início os seguintes aspectos:

1. a escola é também um espaço de formação da consciência e do homem democrático. Logo, ela deve se organizar e funcionar democraticamente, fazendo da democracia um objeto de discurso

* Professor Titular do Departamento de Administração Escolar da FAE/UFMG.

** Síntese de participação na III Conferência do INPE (International Network of Philosophers of Education), realizada em Varna, Bulgária, agosto de 1992.

e de prática. Desta forma, a participação da "comunidade" não pode ser descartada;

2. mas, como *locus* de FORMAÇÃO, a escola é, prioritariamente, um espaço de cultura. Isto não significa apenas um SABER abstrato das letras, artes, ciências e de formação profissional, mas de FORMAÇÃO do indivíduo consciente das conquistas da Razão Libertadora. Como tal, deve ensinar os educandos a não se deixarem aprisionar por determinantes externos à sua capacidade decisória e crítica. Logo, deve formar o indivíduo capaz de se inserir no mundo contemporâneo, não como sujeito-passivo desse mundo, mas como sujeito-ativo, construtor de seu próprio mundo.

Isto nos propõe alguns desafios preliminares para discutirmos a questão em foco. Tentamos, aqui, incorporar o que há de mais importante na direção dos debates, de um lado, mas igualmente, não tememos enfrentar e afastar as práticas que podem produzir o inverso do objetivo que elas anunciam por si mesmas.

Vamos discutir, pois, a função que se pode esperar que a educação cumpra na sociedade moderna, para, a partir de suas funções, compreendermos melhor a relação que se deve estabelecer entre os projetos educativos e a "comunidade".

A educação brasileira e os desafios da modernidade

Hoje as elites políticas e econômicas do Brasil - dirigentes sindicais, grupos intelectuais e gestores empresariais - manifestam crescente consciência em torno de alguns dos aspectos que caracterizam a dinâmica do mundo moderno. Tais aspectos sinalizam a direção do movimento social rumo ao futuro para qualquer sociedade do terceiro mundo que objetive escapar da incômoda posição de "periferia" do mundo desenvolvido.

Entre os aspectos que têm sido ressaltados nos diversos veículos que expressam o conjunto de suas idéias, tais como, na imprensa, em fóruns de discussão, congressos e encontros formais promovidos para debater as alternativas para o Brasil e América Latina, podemos demarcar, entre outros:

1. o avanço tecnológico da indústria internacional;
2. os novos padrões de produção baseados numa elevada concepção de eficiência e qualidade;
3. o acirramento da concorrência, tanto no plano interno quanto no plano externo;
4. a contínua e sucessiva descoberta e introdução de novos setores abertos à exploração produtiva;
5. as radicais mudanças no modelo de gestão empresarial;
6. o processo crescente de integração dos mercados mundiais;
7. uma nova ordem econômica e política mundial.

A partir deste quadro, que retrata a direção do mundo moderno, procura-se estabelecer quais as reformas estruturais necessárias para estabilizar a economia dos países subdesenvolvidos, bem como as reformas indispensáveis para assegurar o crescimento econômico de modo regular e progressivo.

Isto posto, pode-se ressaltar por onde passa o sentimento de crise nos países do terceiro mundo.

Identificando a natureza e extensão das crises

O sentimento de crise põe em evidência os "vazios" que se podem identificar nas economias e na realidade social global dos países do terceiro mundo, quando comparados com os do chamado primeiro mundo. Podemos assinalar:

1. crescente consciência de que os processos produtivos, nessas economias, não se desenvolvem sob as condições estabelecidas no quadro das disponibilidades tecnológicas contemporâneas. Isso evidencia a carência de desenvolvimento ou de suficiente nível (em qualidade e quantidade) de pesquisa científica e de implementação de inovações tecnológicas. Tal consciência reforça a denúncia da fragilidade de seus sistemas educacionais, tanto na educação fundamental, quanto na educação superior e de centros de pós-graduação.

2. consciência do baixo nível de integração no mercado mundial, tanto em decorrência dos fatores explicitados no item acima (baixa tecnologia nos processos produtivos em inúmeros produtos inviabilizam sua participação no mercado mundial, quer por problemas de qualidade, quer de preços), quanto os que decorrem de fatores de natureza política. É bastante comum que, diante dos riscos representados pelas determinações do mercado externo e da fraqueza das economias subdesenvolvidas nos processos de concorrência internacional, a América Latina em geral e o Brasil em particular procurem desenvolver políticas restritivas em defesa do produto interno. Tais políticas de caráter nacionalista tendem a fechar suas economias, concorrendo para maior distanciamento tecnológico de um lado e isolamento do mercado mundial de outro.

3. cresce igualmente a consciência - isto de modo muito positivo - de que se torna fundamental um alto grau de coesão e integração internas, pelo fortalecimento de suas instituições. Tal consciência tem revertido a política interna na América Latina, de tradicionais formas centralizadas, autoritárias ou arcaicas (clientelística, populista ou familiar) para políticas abertas, democráticas e participativas. Tal mudança tem concorrido para que se incorpore uma parcela cada vez maior da população organizada nos processos decisórios, tanto os que se referem a problemas nacionais e locais, quanto os de nível internacional.

Diante disto, abrem-se perspectivas de futuro que a América Latina em geral e o Brasil em particular, devem percorrer. E neste caso, ressalta-se o papel da educação em todos os debates. Que se revela como urgente para a política educacional?

Podemos destacar:

1. assegurar o aprofundamento das ofertas educacionais tanto no nível fundamental quanto no superior;
2. desenvolver formas alternativas de financiamento da pesquisa científica e tecnológica;
3. reduzir o peso da burocracia no processo da educação escolar;
4. diversificar a formação de professores para assegurar qualificação diferenciada em face da diversidade cultural e social do Brasil;
5. colocar maior peso na educação geral básica, inclusive no referente à pesquisa científica, a fim de se criar uma infraestrutura de desenvolvimento científico e tecnológico substancial bem como de inter-relação com os níveis do desenvolvimento mundial;
6. reforçar o orçamento para a educação;
7. introduzir radicais mudanças no modelo de gestão educacional até hoje predominante. Há de se passar de uma gestão altamente centralizada e burocratizada para uma gestão descentralizada, tanto nos aspectos de gerência financeira e de investimentos, quanto na gestão pedagógica. Essa discussão, que, hoje, se espalha por todo o País, refere-se a formas de implementação de gestão autônoma para as unidades escolares.

A questão da autonomia da escola

A busca de soluções para a crise da educação brasileira tem possibilitado o surgimento de propostas diferenciadas como alternativas que afetam o processo e os conteúdos pedagógicos no interior da escola, as relações da escola com a sociedade e outros de natureza gestonária para a educação.

No primeiro caso, são cada dia mais frequentes os debates em torno da questão curricular. Que deve ser priorizado no processo pedagógico? Educação geral ou formação profissional? Formação para a cidadania plena - incluindo aqui a preparação dos jovens para ação política no âmbito da sociedade - ou a questão da cidadania deve ser colocada nos limites pragmáticos das exigências de todos: trabalho, habitação, saúde, luta por distribuição de renda, etc.? Enfim, o que significa "formar para a cidadania", ou "formar o homem democrático"?

Do ponto de vista das relações com a sociedade, desenvolve-se por todos os cantos do País uma certa consciência de que a escola deve-se abrir para a "comunidade", aqui entendida como o conjunto dos cidadãos que se relacionam diretamente com a vida da escola, tais como os pais, líderes comunitários locais, tutores das crianças, associações locais, funcionários das escolas, etc. Nesse sentido, tenta-se abrir a escola para os grêmios estudantis, associações comunitárias, formação de conselhos escolares, participação dos pais na escolha de dirigentes escolares, e outras formas de relação.

Em relação ao item "novas formas de gestão", é sensível o empenho em introduzir-se a prática democrática ao lado da idéia de AUTONOMIA da escola. Por quase todos os sistemas educacionais, federais, estaduais e municipais (isto no âmbito da escola pública), discute-se a necessidade de que a Escola ganhe maior autonomia na administração dos atos de sua competência como, por exemplo: na avaliação do desempenho dos educadores, na avaliação dos processos pedagógicos, na escolha dos materiais de ensino, no estabelecimento de prioridades para expansão do espaço físico da escola, calendário escolar, e chegando até o gerenciamento de certo nível de recursos financeiros, especialmente aqueles destinados ao desenvolvimento de atividades pedagógicas ou de qualificação docente.

Para que tal competência gestonária não se constitua como feudo de um diretor ou de um grupo dominante no interior da escola, torna-se quase que generalizada a crença na importância de que a escola seja gerida por algum tipo de modelo colegiado, do qual façam parte os educadores, pais de alunos, os próprios estudantes, em função de sua idade ou grau de escolaridade, até lideranças comunitárias locais.

Tais idéias, quase consideradas exóticas no início da década de 80, quando começou a ganhar força como elemento de luta democrática na sociedade brasileira, hoje se tornou um verdadeiro senso comum. Merece, portanto, que seja dimensionada em toda a sua real possibilidade.

O que quero dizer? Se, em um momento de fechamento político, ela representava um passo no processo de formação de uma nova consciência democrática, um campo novo de luta para a formação do espírito democrático, em outro momento, como o que estamos vivendo, os canais da participação democrática encontram-se abertos na sociedade. Logo, não podemos situar a questão democrática no interior da escola. Os colegiados ou conselhos escolares devem ser considerados em sua dimensão própria: como instrumentos de gestão escolar e de formação da consciência democrática dos estudantes.

Eles não podem ser vistos como "salvadores" da Escola - são apenas um elemento de composição do processo pedagógico, e não um canal de luta política - ou identificados como descoberta "milagrosa" que virá sanar as dificuldades do processo escolar.

Devemos lembrar que o termo AUTONOMIA aplicado à escola e à gestão escolar é extremamente ambíguo. Tão ambíguo que a cada menção ele sofre uma adjetivação que tem por fim estabelecer os seus limites: fala-se em AUTONOMIA PEDAGÓGICA, FINANCEIRA OU ADMINISTRATIVA, exatamente para explicitar que ela é RELATIVA. Ora, uma AUTONOMIA que seja anunciada como relativa, já nos demonstra claramente que não há autonomia. O que há é uma atribuição de maior responsabilidade à escola para gestão dos negócios que só podem ser adequadamente gerenciados se o forem pela própria escola. O que há é o reconhecimento, e sua explicitação de que a ESCOLA foi, durante muito tempo, expropriada de competência que lhe é própria, distorsão que agora se reconhece e se procura corrigir. E isto é importante, conquanto não seja suficiente para a solução dos graves problemas da educação brasileira, que se situa no cruzamento de várias questões, das quais apontamos algumas:

1. noção clara do papel da educação escolar para a totalidade da sociedade brasileira;
2. definição da responsabilidade do Estado na manutenção e desenvolvimento dos serviços escolares;
3. nível de qualificação do pessoal docente;
4. salários profissionais adequados que permitam o desenvolvimento profissional dos educadores;
5. projeto educativo que permita colocar toda a população brasileira, no mais curto espaço de tempo possível, no universo característico da modernidade.

Creio que valeria algum esforço para, a título de conclusão, examinar o papel dos filósofos da educação no Brasil contemporâneo.

A filosofia da educação hoje no Brasil

Não se pode ignorar que o papel fundamental da Filosofia não é o de legitimar ou organizar o movimento social de uma época ou de uma sociedade. Seu papel é essencialmente crítico e portanto tem de se colocar como fermento da vida social.

No entanto, a atuação dos filósofos da educação, a partir da década de 60, tem sido extremamente importante à medida que as críticas então desenvolvidas, em situação bastante adversa em face do próprio regime autoritário militar, permitiram denunciar o caráter moralista e autoritário das políticas educacionais em desenvolvimento. Tais críticas abriram espaço para que, nos últimos 20 anos, pudessem ser formuladas as mais importantes propostas para a renovação educacional brasileira. Tais propostas têm sido de alguma forma assumidas nos últimos anos tanto pelo governo federal, quanto pelos governos das unidades estaduais e mesmo dos municípios brasileiros.

Há um longo caminho a ser percorrido e creio que a atuação crítica da filosofia da educação, bem como sua presença marcante na vida política brasileira, contribuirão para que possam ser traçadas perspectivas mais justas para o futuro da educação no Brasil.

Não podemos ignorar as enormes dificuldades estruturais e conjunturais, bem como a necessidade de se rever, a cada dia, as distorções que o modelo neo-liberal tem produzido na realidade social no mundo moderno.